



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 29 de agosto de 2024

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
0,42% São Paulo	135.608	R\$ 5,555 (+ 0,96%)	R\$ 1.412	R\$ 6,173	10,40%	10,51%	IPCA do IBGE (em %)
0,39% Nova York	137.343	Últimos					Março/2024 0,16
	23/8 26/8 27/8 28/8	22/agosto 5,590					Abril/2024 0,38
		23/agosto 5,479					Maió/2024 0,46
		26/agosto 5,479					Junho/2024 0,21
		27/agosto 5,502					Julho/2024 0,38

## CONTROLE DA INFLAÇÃO

# Reações a Galípolo no comando do BC

O nome do economista para a presidência do Banco Central não foi novidade. Mas o mercado acompanha com lupa próximos passos

» ROSANA HESSEL  
» FERNANDA STRICKLAND

O economista Gabriel Galípolo escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser o futuro presidente do Banco Central, após o fim do mandato de Roberto Campos Neto, terá grandes desafios pela frente. Dentre eles, precisará recuperar a confiança do mercado em relação à autonomia da instituição sob a sua gestão, pois, dependendo de como atuar, poderá enterrá-la de vez, de acordo com analistas ouvidos pelo **Correio**.

O anúncio da indicação de Galípolo foi feito, ontem, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto, após reunião com Lula. O chefe da equipe econômica afirmou que o governo vai trabalhar na escolha dos três nomes para compor a diretoria do Banco Central até o fim do ano. Além do cargo de diretor de Política Monetária, que ficará vago após Galípolo assumir a presidência, também acabam, no ano que vem, os mandatos dos atuais diretores de Regulação, Otávio Damaso, e de Relacionamento, Carolina Barros.

Pouco depois do anúncio, o Banco Central divulgou uma nota contendo as felicitações de Campos Neto ao atual diretor de Política Monetária do BC. Ele garantiu que, após a sabatina e a aprovação pelo Senado Federal (ainda sem data marcada), “a transição dos mandatos será feita da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição”. “Campos Neto tem trabalhado de forma harmônica e construtiva com o diretor Galípolo desde a sua chegada ao Banco Central. Campos Neto deseja a Galípolo muito sucesso nessa nova fase da sua vida profissional”, acrescentou o comunicado.

A principal missão do Banco Central é preservar o valor da moeda e manter a inflação dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), atualmente de 3%, com limite superior de 4,5%. A autonomia da instituição foi

Mateus Bonomi/ESTADÃO CONTEÚDO



Anunciado, ontem, pelo ministro Fernanda Haddad como novo presidente do BC, Galípolo é conhecido como um economista heterodoxo

conquistada em 2021, e o primeiro mandato de um presidente nesse novo regime termina em dezembro deste ano.

Agentes financeiros seguirão atentos aos movimentos de Galípolo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, antes de assumir o cargo, e depois, no comando da instituição. “Ainda existe um grau de desconfiança de que será preciso acompanhar ao longo dos próximos anos como é que vai ser o comportamento do BC na condução da política monetária e como vai ser a atuação de Galípolo à frente da instituição”, destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. “Parte dessa incerteza, de certa forma, como a questão de o BC cogitar em aumentar os juros devido à expectativa de inflação elevada, mantendo-se

em 4%, tem muito a ver com esses ruídos que foram construídos justamente por parte dessa turma nova de diretores que entrou no Copom. Então, o BC vai ter um grande trabalho de descontruir esse ruído todo que foi feito recentemente”, acrescentou. Ele lembrou que parte desse ruído “foi construída justamente por conta deste Banco Central que está sendo criado pelo atual governo”. “Há um trabalho de dissuasão por parte desse novo Banco Central que vai precisar ser feito, que ainda está para ser testado. Isso que a gente vai ter que acompanhar nos próximos anos”, complementou.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e professor da Georgetown University, em Washington, destacou que Galípolo não era um nome óbvio para o cargo, especialmente pela idade

e pela experiência profissional. “Mas, como ele ficou quase dois anos na diretoria no BC, e eu sei que, pois já esteve lá dentro, sei que a instituição é uma grande escola. Por isso, acho que qualquer déficit de experiência ou conhecimento que ele tinha, deve ter sido sanado nesse período”, afirmou. De acordo com Volpon, como Galípolo tem um relacionamento muito próximo ao governo, até em nível pessoal, com o ministro da Fazenda e com o presidente da República, ele pode usar esse relacionamento próximo para poder explicar, quando for necessário, para diminuir esse ruído entre o Planalto e o BC, nessa relação difícil entre Campos Neto e Lula, “que tem gerado muito ruído no mercado, muita volatilidade, tudo isso muito ruim para a economia como um todo”.

Volpon disse que espera que o fato de Galípolo usar esse relacionamento para diminuir os ruídos no mercado, como aconteceria entre Lula e o ex-presidente do BC Henrique Meirelles, no primeiro mandato do petista. “Mas também temos o risco de ter o BC não tendo aquele compromisso incondicional com a meta e ter um receio do mercado em relação a isso. Explica em parte a desancoragem das expectativas que você vê hoje no Focus e ele vai ter que endereçar isso. Ele vai ter que se provar, já que agora ele é nomeado. Obviamente, a decisão que ele vai tomar no cupom de setembro, o voto dele no cupom de setembro e nos próximos cupons vão ser extremamente importantes para ver se, para ele sinalizar ao mercado o compromisso que ele tem ou não com o sistema de metas”, alertou.

## Mercado ainda com pé atrás

A confirmação da escolha do atual diretor de Política Monetária do BC para a presidência da instituição era esperada pelo mercado. Economista da linha heterodoxa, Galípolo ocupou, por seis meses, a secretaria executiva do Ministério da Fazenda, antes de ser indicado para uma das diretorias do BC. Recentemente, vinha dando declarações ortodoxas (mais duras em relação à inflação), na contramão do que pedia Lula, quando criticava Campos Neto por manter a taxa básica da economia (Selic) no atual patamar, de 10,50% ao ano, em vez de cortar os juros.

Após a última reunião do Copom, no fim de julho, quando o colegiado deixou a porta aberta para uma possível alta da Selic ainda neste ano, Galípolo alinhou o seu discurso com Campos Neto. Mas ele ainda não convenceu completamente o mercado. Ontem, depois do anúncio, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registrou alta de 0,42% e fechou a R\$ 137.344 pontos. Enquanto isso, o dólar voltou a subir, fechando a R\$ 5,555 para a venda, com valorização de 0,96% sobre a véspera.

Ao comentar sobre a escolha de Galípolo, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator, elogiou o economista e reconheceu que “a desconfiança de parte do mercado sobre a independência de Galípolo em relação a Lula sustenta boa parte da deterioração recente no câmbio e nos juros”. “Mas o sinal do Copom tem sido reiteradamente subscrito e reafirmado pelo diretor de política monetária do BC e deve se materializar em avaliações, votos e decisões para manter a crucial convergência de expectativas que marca o regime de metas de inflação”, afirmou. Gonçalves destacou que Galípolo tem trânsito entre diferentes segmentos da sociedade e seus representantes, além de ter participado da campanha de 2022. (RH)

## FINANÇAS PÚBLICAS

# Revisão em gastos, de R\$ 25,9 bi, atinge BPC e INSS

A equipe econômica do governo detalhou, ontem, a revisão de gastos que deve gerar economia de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025. A reestimativa é resultado do pente-fino feito no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com benefícios do INSS.

O resultado constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, a ser encaminhado pelo governo, amanhã, ao Congresso Nacional. A medida visa ajustar o Orçamento para atender às metas fiscais estabelecidas, refletindo um esforço significativo para otimizar recursos e alcançar os objetivos

financeiros do governo para o próximo ano.

Ao explicar os novos cálculos, o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou que o governo vai continuar trabalhando para que o valor da revisão seja maior. “A gente vai trabalhar para que a revisão seja até maior do que essa”, disse. “Se a gente tiver alguma dificuldade em fazer esse trabalho de revisão, ele não estiver respondendo, vai acontecer algo semelhante ao que aconteceu neste ano, e fazer a parte que não é ideal, o contingenciamento ou o bloqueio no Orçamento público”, completou.

## Revisão

A revisão do BPC deve resultar em uma economia de R\$ 6,4 bilhões. A estimativa é de que sejam cessados 481.725 benefícios de pessoas que não têm mais direito, mas permanecem recebendo o auxílio assistencial por não ter atualizado o cadastro. O governo fará a revisão de cadastro e de renda e reavaliação pericial das pessoas com deficiência.

No caso do INSS, a economia estimada é de R\$ 7,3 bilhões, sendo que R\$ 6,2 bilhões serão economizados por meio do uso do Atestmed, uma ferramenta já utilizada atualmente para avaliação médica, e R\$ 1,1 bilhão com medidas cautelares e

administrativas. A revisão de benefícios por incapacidade, como o auxílio-doença, deve gerar uma economia de R\$ 3,2 bilhões.

As ações relacionadas a essa política foram iniciadas este ano, com a expectativa de impacto significativo no Orçamento do próximo ano. O secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo Portal, informou que, em 45 dias, foram realizadas 258 mil perícias nos auxílios-doença pagos. O governo já suspendeu 133 mil benefícios por incapacidade temporária pagos indevidamente. “Já gastamos R\$ 320 milhões a menos, em agosto, com benefício por incapacidade”, disse Portal.

Haverá economia também no

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem contribuído para que o país possa crescer, como está crescendo esse ano de 2024”, disse.

“A segunda questão está relacionada à revisão de benefícios que possam ser pagos indevidamente. Seria feito um pente-fino. Pagamento dos benefícios, isso poderia ensejar uma boa economia para o governo. E o terceiro ponto por eles levantado é o cumprimento do Orçamento de forma vertical pelos ministérios. Então, fica a cargo de cada ministério, fazer o acompanhamento, gestão, como já é hoje, mas de uma forma mais decisiva, visando não extrapolar os gastos, pois senão teremos que conviver com o fantasma do condensamento, dos cortes de gastos, como aconteceu esse ano”, afirmou o economista. (FS)